



ATA DA REUNIÃO Nº 14º DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO – ESTADO DO PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2012, NA SALA DE EVENTOS DO HARBOR HOTEL BATEL, EM CURITIBA-PR.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, às nove horas, na Sala de Eventos do Harbor Hotel Batel, localizado na Av. Do Batel, 1162, Bairro Batel, nesta cidade de Curitiba, PR., realizou-se a Sessão Ordinária no 014/2012, do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Gláucia Sales Jacob. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, CARLOS HARDT, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, ORLANDO BUSARELLO, CLÁUDIO FORTE MAIOLINO, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, BRUNO SOARES MARTINS, DALTON VIDOTTI.**

Ficou justificada, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Titulares Arquitetos e Urbanistas ALEXANDER FABRI HULSMAYER, RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA, LUIZ BECHER, bem como dos Conselheiros Suplentes Arquitetos e Urbanistas **FLAVIO EGYDIO DE OLIVEIRA CARVALHO NETO, ADOLFO SAKAGUTI, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, ANTONIO RICARDO NUNES SARDO e CARLOS ANTONIO GALBE DOMINGUES.**

Participaram da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas **JOÃO CARLOS DIÓRIO, SILVANA WEIHERMANN FERRARO, CARLOS DOMINGOS NIGRO, IDEVAL DOS SANTOS FILHO, TAILA FALLEIROS SCHMITT, ANIBAL VERRI JUNIOR, JUCENEI GUSSO MONTEIRO, LUIZ FERNANDO GOMES BRAGA e LUIZ HENRIQUE WERLANG RONCATO,** além do Conselheiro Federal Arquiteto e Urbanista **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO**.

Presentes, ainda, nesta Sessão os Assistentes contratados, a saber: o Jornalista Antonio Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista Cláudia Cristina Taborda de Souza Lobo (Assessora Jurídica), e eu, Gláucia Sales Jacob, (Secretária Geral).

I-QUÓRUM – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão, com os itens a seguir:

II ATA DA SESSÃO ANTERIOR – Colocada em discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade, com as alterações sugeridas pelo Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO, a Ata correspondente à Sessão Ordinária nº 013/2012, de 19/11/2012.

III PAUTA: Apresentada e colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta desta Reunião Ordinária nº 014, décima segunda reunião ordinária de 2012 do CAU-PR, bem como cinco itens de Extra-Pauta.

IV. ORDEM DO DIA:

1 Apresentação das correspondências:

1.1.1 Correspondências recebidas: apresentada a lista de correspondências recebidas, sendo 02(duas) oriundas do CAU/BR e 07(sete) de diversos remetentes.

1.1.2 Correspondências expedidas: apresentadas as listas de correspondências expedidas, sendo que dessas, nenhuma foi destinada ao CAU/BR e 13 (treze) a destinatários diversos.



46 **2. ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL**.....

47 **2.1 Distribuição de Processos CREA-PR**

48 Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi informado que, em face à grande
49 quantidade de processos em aberto e recebidos do CREA-PR (aproximadamente 900), foram
50 contratados mais dois advogados para a Assessoria Jurídica do CAU/PR, e essa banca,
51 coordenada pela Assessora Jurídica Claudia Cristina Taborda de Souza Lobo está trabalhando,
52 na maior parte do tempo, na análise dos processos em aberto, tramitando, a fim de ir dando
53 vazão, a cada plenária, a esse volume imenso de processos. Informou ainda, com relação aos
54 processos relatados na última reunião, que foram encaminhados os devidos ofícios de
55 intimação do arquivamento dos mesmos às partes, via correio, por A.R. Nesta oportunidade,
56 foram distribuídos 45 (quarenta e cinco) processos entre os conselheiros para relato.....

57 **2.2 – Relato CAU MÍNIMO - Reunião de Presidentes em Maceió**.....

58 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que no dia 27 de novembro, houve
59 reunião com dezessete presidentes de CAU/UFs em Maceió onde foram tratadas várias
60 questões, sendo que uma delas - cau-mínimo - consta da extra-pauta, propondo que, numa
61 inversão de pauta, seja discutida agora: com a criação do CAU, ficou estabelecido em Lei e
62 em Resolução que todos os Estados terão o seu Conselho, sendo que já se sabia com
63 antecedência que alguns Estados não teriam condições financeiras de suportar a estrutura
64 administrativa necessária para funcionamento, em razão do número reduzido de arquitetos e
65 o orçamento básico anual para que um Conselho se mantenha. É sabido que de sete a onze
66 Estados, dependendo do corte que se faça para definir o cau mínimo, não se sustentam
67 sozinhos. Esclareceu que é favorável a que todos os Estados tenham seu Conselho próprio,
68 porém é necessário que se defina como sustentar essas estruturas administrativas. Os
69 estudos realizados pelo CAU/PB, e apresentados em Maceió, elevaram o orçamento básico
70 (que girava em torno de R\$ 630.000,00 anuais) para valores aproximados a R\$ 780.000,00
71 (setecentos e oitenta mil reais ano, ou seja, aproximadamente R\$ 65.000,00 mês). A proposta
72 da Comissão de Finanças do CAU/BR prevê a contribuição financeira dos Estados
73 superavitários para compor o Fundo de Apoio (previsto em Lei). Propôs um debate acerca da
74 origem desses recursos, esclarecendo que o CAU/RS já fez questionamento por escrito e
75 afirmou que a presidência não assumirá essa remessa financeira ao Fundo de Apoio sem
76 autorização da plenária, independentemente da Plenária do que o CAU/BR deliberar. Em
77 seguida passou a Palavra à Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO a
78 qual relatou que artigo 60 da Lei 12.378/2010 prevê que o CAU/BR “instituirá fundo
79 especial”, ou seja, em tese, o CAU/BR deve instituir administrativa e financeiramente o
80 “fundo especial”, que garantirá o funcionamento dos CAUS deficitários. Por outro lado, a
81 mesma Lei prevê no art. 24 que cabe ao CAU/BR 20% dos recursos arrecadados pelos
82 CAU/UF, previstos no art. 30. Ademais, a Lei 12.378/2010 fala ainda que não cabe aos
83 CAUs/UF repassar recursos uns para os outros. A interpretação do CAU/BR é que como a Lei
84 reza que 20% da arrecadação cabe ao CAU nacional, mas não garante que 80% cabe ao
85 CAU/UF, facultando ao CAU/BR fazer uso acima do 20 % da arrecadação estadual. A
86 interpretação inicial da Assessoria Jurídica do CAU/PR da Lei 12.378/2010 é que cabe ao
87 CAU/BR suportar financeiramente o Fundo e qualquer tentativa de cobrança de recursos
88 financeiros extras dos CAU/UFs para o CAU/BR compor o Fundo, pode ser caracterizado
89 como elevação da parcela de 20%, não prevista em lei; além disso, existe a Lei que não
90 autoriza o repasse de recursos dos CAUs/UF entre si, portanto o CAU/PR defende a tese do



91 princípio da legalidade, ou seja, um órgão público só pode agir seguindo a letra da Lei. O
92 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que haverá reunião ampliada da plenária
93 do CAU-BR com a presença dos presidentes dos CAUs/UF, a ser realizada dias 18 e 19 de
94 dezembro em Brasília tendo como item de pauta o assunto CAU MÍNIMO. Esclareceu que o
95 que está em jogo não é o valor a ser repassado, mas sim quem contribui com a conta e a
96 legalidade das ações, acrescentando que espera que esta plenária solicite ao CAU/BR um
97 parecer jurídico que justifique a participação financeira dos CAU/UFs ao Fundo, tendo pedido
98 autorização do plenário para a solicitação de PARECER do CAU/BR sobre a origem dos
99 recursos a compor o fundo. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO solicitou que
100 fosse lido o questionamento feito pelo CAU/RS, uma vez que a Lei é bem clara, o CAU
101 nacional recebe 20% e é esse recurso que deve ser gerido por ele para amenizar essas
102 diferenças. O parecer do CAU/RS (Anexo I) foi lido pela Assessora Jurídica, que esclareceu que
103 esse parecer se restringiu ao artigo 60 da Lei e afirma a ILEGALIDADE da contribuição do
104 CAU/RS ao Fundo. O Jurídico do CAU/PR está elaborando seu parecer com base na Lei
105 12378/2010 como um todo. Depois dos debates foi aprovada a solicitação de parecer jurídico
106 do CAU nacional justificando tal contribuição, durante a reunião Plenária ampliada a realizar-
107 se em Brasília, dias 18 e 19 de dezembro deste ano -----

108 **Relato Comissão de Sede Curitiba.**-----
109 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que conseguiu junto ao proprietário que a
110 carência de 3 meses para pagamento do aluguel se estenda por mais um mês e meio, ou seja,
111 quatro meses e meio. Em seguida propôs visita ao móvel, ao término da reunião, o que foi
112 aprovado. Com relação aos escritórios regionais informou que o processo de instalação está
113 indo mais lentamente, devido à coleta de dados para a emissão das carteiras profissionais,
114 mas ainda assim, avançando. Londrina, Cascavel e Maringá já tem local para a sede dos
115 escritórios e Pato Branco deverá buscar uma sede depois do início do ano de 2013.-----

116 **2.3 – Relato Comissões.**-----
117 **2.3.1 – Comissão de Ética.**-----

118 Com a palavra a Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI relatou que ela e o
119 Conselheiro suplente Jucenei Gusso Monteiro participaram da reunião da Comissão Nacional
120 de Ética, realizada nos dias 28 e 29 de novembro deste ano corrente em Maceió, cuja pauta
121 previa a apresentação do plano de ação de 2013; aprovação do orçamento para 2013
122 (seiscentos e cinquenta e oito mil reais), que é um dos menores orçamentos de comissão do
123 CAU/BR; e leitura da minuta do código de ética pelo arquiteto João Honório, com posterior
124 discussão. Além disso, foi apresentada proposta de realização de encontro estadual
125 experimental, com análise crítica da ética, que deverá ser realizado em julho. Relatou que o
126 CAU/SC também realizou seminário de ética nesta semana. A próxima reunião da comissão
127 nacional deverá ser em Belém, cuja pauta ainda está em discussão. Relatou que deverá ser
128 contratada uma empresa de consultoria para auxiliar na finalização do Código de Ética e,
129 além disso, a comissão aguarda as contribuições dos Estados. Informou que a Comissão
130 estadual (CAU/PR) deverá reunir-se a fim de levantar contribuições ao Manual, tendo
131 solicitado a participação dos outros conselheiros, nesse sentido. O Conselheiro Suplente
132 JUCENEI GUSSO MONTEIRO informou que até março já deverá haver um esboço do Código
133 de Ética e então será possível discutir e contribuir. A minuta ainda não está fechada, nem
134 definida, sendo que a meta é que em junho o Código esteja finalizado. O Presidente
135 JEFERSON DANTAS NAVOLAR perguntou se há um relator designado para o código de ética,



136 tendo sido respondido pela Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI que o relator
137 do Código designado para essa tarefa foi o Arquiteto e Urbanista João Honório. O Presidente
138 JEFERSON DANTAS NAVOLAR fez uma consulta à comissão de ética, lembrando que a partir
139 do ano que vem o CAU/PR deverá dar início à fiscalização e questionou sobre a possibilidade
140 da comissão elaborar um “extrato” do código de ética, que possa servir como norteador,
141 como um anexo ao manual de fiscalização, facilitando as ações dos fiscais. A Conselheira
142 Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI pontuou que é possível fazer um extrato da minuta
143 da normativa, já que o código de ética ainda não está finalizado, tendo a comissão de Ética
144 do CAU/PR, ficado com o encargo de elaborar extrato da minuta do código de ética nacional,
145 até janeiro, para servir de apoio à fiscalização por parte do CAU/PR.-----

146 **2.3.2 – Comissão de Exercício Profissional.**-----

147 O Conselheiro e Coordenador CLAUDIO FORTE MAIOLINO iniciou sua fala propondo que a
148 partir de janeiro as reuniões plenárias voltem a ser antecedidas por reunião das Comissões,
149 tendo em vista conselheiros que residem fora. Informou que o Manual de Fiscalização já está
150 finalizado e deverá ser aprovado na próxima reunião plenária do CAU/BR. Colocou ainda, que
151 fez um experimento: fez denúncia tanto no SICCAU, quanto no CREA/PR, não sabe se este
152 último tomou alguma atitude quanto a isso, mas sabe que a denúncia ainda está no SICCAU e
153 a obra já foi finalizada. A seu ver, em face ao número de denúncias crescente, cabe ao
154 CAU/PR construir uma maneira de agir em 2013, sendo que a comunidade espera uma
155 resposta do Conselho frente às denúncias. Propôs ainda uma aproximação com o Ministério
156 Público Estadual, que é o órgão mais eficaz de defesa do cumprimento da lei e, a seu ver,
157 esse seria o melhor meio de cobrança de cumprimento da lei. Consultada a Assessora Jurídica
158 CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO informou que há, sim, possibilidade de se
159 firmar convênio com o Ministério Público. Pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR foi
160 dito que seria dado encaminhamento a isso se a plenária der sua anuência. Após os debates
161 ficou definido que as reuniões plenárias voltarão a ser antecedidas pelas reuniões das
162 Comissões bem como será dado encaminhamento ao possível convênio com o Ministério
163 Público. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que em relação ao convênio com
164 o T.C.E., autorizado por esta plenária, a única inserção sugerida pelo conselho ao Convênio –
165 item que tratasse também da contratação dos serviços de arquitetura e urbanismo e não
166 apenas de fiscalização - o Tribunal não aceitou, sendo que as negociações deverão ser
167 reiniciadas em janeiro devido à mudança do presidente daquele tribunal.-----

168 **2.3.3 – Comissão de Ensino.**-----

169 Tendo em vista que o coordenador da comissão de ensino, conselheiro titular Carlos Hardt
170 informou que irá se atrasar para chegar à reunião, o Presidente Jeferson sugeriu inversão da
171 pauta para que seja debatido o item proposto pelo conselheiro titular Orlando Busarello,
172 “curso tecnológico”, cujo tema também diz respeito à comissão de ensino, o que foi
173 aprovado pelo plenário. Às 14:50 horas, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT, Coordenador
174 da Comissão, iniciou seu relato dizendo que representou o CAU/PR em data de 22 a 24 de
175 novembro de 2012, no XXXI Encontro Nacional de Ensino de Arquitetura e Urbanismo –
176 ENSEA e a XXXV Reunião do Conselho Superior da ABEA – COSU no Centro Universitário Belas
177 Artes de São Paulo. O evento foi bastante concorrido, com a presença de mais de dez
178 representantes de CAUs/UF, do presidente do CAU nacional e aproximadamente cinquenta
179 representantes de escolas de arquitetura. Houve apresentação de diversos trabalhos
180 referentes a práticas didático-pedagógicas de várias escolas, que interessam,



181 fundamentalmente, aos professores e coordenadores de cursos. Em termos gerais e também
182 relacionados ao CAU aconteceram algumas palestras, referentes ao panorama do exercício
183 profissional – qualificação profissional X ensino de arquitetura – tanto com relação a cursos
184 em países de língua portuguesa na Europa como sobre o panorama de ensino e acreditação
185 dos cursos de arquitetura nos Estados Unidos. Alguns números foram colocados nessas
186 palestras, desses, se destaca a informação de que menos de 6% das construções americanas
187 são assinadas por arquitetos, sendo que a palestrante esclareceu que naquele país algumas
188 construções prescindem de arquitetos; outro dado que chamou a atenção foi o número de
189 estudantes de arquitetura, que tem apresentado uma tendência de queda, em números
190 absolutos. Percebeu, nesse encontro, uma cultura muito desenvolvida de acreditação dos
191 cursos de arquitetura, sendo que essa acreditação é feita por institutos, com delegação
192 pública de poder e são creditações extremamente rigorosas e muito caras, a instituição tem
193 que pagar para que se faça o estudo para a acreditação, independentemente de ter o curso
194 acreditado ou não. A validade da acreditação varia de três, quatro anos a oito anos. Há um
195 mercado muito forte nesse processo de acreditação. Falou-se também em acreditação junto
196 ao Mercosul, sendo que dos mais de 270 cursos de arquitetura e urbanismo do Brasil, apenas
197 16 foram qualificados para a primeira rodada de acreditação e, desses, doze deles devem já
198 ter recebido a comissão de avaliação e quatro receberão no início do ano. Os cursos que
199 forem acreditados serão divulgados pelo MEC. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
200 perguntou de quais instituições são esses cursos, tendo sido respondido pelo Conselheiro
201 Titular CARLOS HARDT que isso ainda esta sendo mantido em sigilo pelo MEC, a fim de evitar
202 constrangimento para a escola que tenha se proposto a ser acreditada e não conseguir seu
203 intento. Outro assunto bastante referenciado foi o “selo de qualidade”. Destacou, ainda, as
204 palestras do advogado Frederico Almeida, representante da Associação Brasileira de Ensino
205 de Direito, e do médico Milton Martins, representante da Associação Brasileira de Ensino
206 Médico, sendo que ambos trataram do tema “exame de ordem”, com análise muito
207 esclarecedora acerca do assunto – vantagens e restrições. Percebeu que não havia uma
208 disposição em ser a favor ou contra o exame de ordem, mas sim uma análise muito clara dos
209 prós e contras dessa prática, convidando à reflexão mais profunda do tema, porque uma vez
210 implantada a prática é quase impossível desistir dela. Percebeu que ambos têm muitas
211 restrições ao exame de ordem para qualificar profissionais. O Presidente JEFERSON DANTAS
212 NAVOLAR perguntou se a ABEA tem uma posição oficial sobre isso, tendo sido respondido
213 pelo Conselheiro CARLOS HARDT que não há uma posição oficial. Relatou que o Professor
214 Gogliardo Maragno, apresentou palestra com o tema Ensino e Exercício Profissional e a
215 Reserva de Mercado para Arquitetos e Urbanistas, na qual se destaca a afirmativa de que o
216 privilégio do exercício privativo da arquitetura é garantia da sociedade e não reserva de
217 mercado, ou seja, não é o arquiteto que quer a reserva de mercado só para ele, mas a
218 sociedade é quem quer uma garantia de ser atendida por um profissional competente. Esse
219 palestrante apresentou alguns números referentes a cursos de arquitetura e relacionou as
220 cargas horárias desses nos mais diversos países, sendo que no Brasil o MEC exige que a carga
221 horária mínima para curso de arquitetura e urbanismo seja de 3.600 horas e, segundo sabe,
222 não existe em Curitiba nenhum curso com carga horária inferior à média nacional. Além
223 disso, o palestrante apresentou uma série de gráficos estatísticos, fazendo relação entre
224 população e número de arquitetos no Brasil, por Estado, sendo que o pior Estado em número
225 de arquitetos é o Maranhão – 01 arquiteto para 12.600 habitantes; e o melhor o Distrito



226 Federal, com 01 arquiteto para 1.100 habitantes. O Paraná está em quinto lugar nesse
227 ranking depois do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, com 01
228 arquiteto para cada 1.900 habitantes. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPICY NETO
229 lembrou que no ano passado, num congresso da ABEA um representante do MEC colocou
230 que o Brasil está muito abaixo da média e a meta do MEC era incentivar a criação de novas
231 escolas de arquitetura. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS completou que isso
232 foi falado também em Londrina, onde um representante da OEA informou que a média do
233 Brasil é 01 arquiteto por 2.350 habitantes e a meta é que haja 01 arquiteto por 2.000
234 habitantes. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT colocou que o Paraná está na média. Para
235 encerrar seu relato, trouxe algumas questões que o professor Gogliardo Maragno apresentou
236 acerca do Código de Hamurabi, cujas penas eram muito severas, tendo lido aquelas que se
237 referem ao arquiteto: “Se um arquiteto inicia a construção de uma casa e não a leva ao fim,
238 se as paredes são viciosas, o arquiteto deverá à sua custa, consolidar as paredes; se destrói
239 bens, deverá indenizar tudo o que destruiu e porque não executou solidamente a casa, assim
240 que essa é abatida, ele deverá refazê-la à sua custa; se mata um escravo do proprietário,
241 deverá dar ao proprietário da casa, escravo por escravo; se fere de morte o filho do
242 proprietário deverá ser morto o filho do arquiteto; se um arquiteto constrói para alguém e
243 não o faz solidamente e a casa que ele construiu cai e fere de morte o proprietário dela, esse
244 arquiteto deverá ser morto.” Pedindo a palavra o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
245 MAIOLINO, voltando a questão do exame de ordem, colocou que até 1994 o Brasil adotava,
246 nacionalmente, um sistema de diplomação nacional, para isso existiam currículos
247 extremamente rígidos; a partir daquele ano o Governo Federal optou por transitar entre o
248 sistema de diplomação nacional ao modelo anglo saxão, que está baseado na competência. O
249 Governo iniciou essa transição “desengessando” currículos, dando ao MEC e às escolas
250 públicas e privadas, essa liberdade curricular, mas não completou o processo de migração do
251 sistema europeu para o sistema anglo-saxão, ou seja, não importa muito o que as escolas
252 estão fazendo, elas são livres e ao final mede-se quem tem competência e quem não tem. A
253 OAB/SP reprova 91%, ou seja, ela está dizendo que 91% dos egressos não têm condições para
254 advogar. Existem dois discursos, mas, a seu ver, ou se restabelece um sistema ou outro,
255 porque estamos no meio do caminho, enquanto a iniciativa privada e o MEC tiverem
256 liberdade para fazer o que quiserem, os Conselhos não medem o produto, alegando que o
257 formando tem direito por ter se graduado. O conselheiro Titular CARLOS HARDT
258 complementou dizendo que está sendo gestado um novo sistema de avaliação dos cursos,
259 que é bastante rigoroso e onde se pressupõe que se existe um egresso formado em
260 determinada escola, reconhecida pelo MEC, isso significa que aquele curso está apto a
261 formar profissionais competentes. A linha de avaliação a ser adotada deverá ser essa. A fase
262 atual é de mudança, de aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação – avaliação das escolas.
263 Há várias escolas que deixaram de se preocupar em ensinar arquitetura, para preparar seus
264 alunos para exame no DENARQ e isso é preocupante. O Presidente JEFERSON DANTAS
265 NAVOLAR informou ao conselheiro Carlos Hardt que pela manhã ficou decidido que a
266 comissão de ensino e formação do CAU/PR, juntamente com a assessoria jurídica preparará
267 um “passo a passo” para o registro de novos egressos no Paraná para ser divulgado junto às
268 escolas de Arquitetura, visto que foram muitas as mudanças estabelecidas pelo CAU/BR em
269 relação as normas de registro do antigo Conselho.....
270 **2.3.4 – Relato Comissão de Atos Administrativos.....**



271 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que a coleta de dados biométricos para
272 carteira profissional está na segunda etapa, sendo que foi assinado um aditivo contratual
273 entre CAU/BR e a empresa VALID, gerando nova logística para a coleta, que foi reiniciada dia
274 12 deste mês corrente, em Guarapuava, e término previsto para o dia 28 deste mês, em
275 Londrina. Em Guarapuava o número de arquitetos que responderam ao chamado, foi muito
276 reduzido. Esclareceu que não houve tempo para divulgar a ação, já que as datas de coleta
277 foram informadas pelo CAU/BR muito em cima da hora e, a seu ver, os arquitetos da região
278 de Guarapuava ficaram prejudicados pela falta de divulgação. Agradeceu a ajuda dos
279 conselheiros nessa segunda etapa e reafirmou que o Conselho não poupará esforços para
280 que os dados biométricos de todos os profissionais ativos do Paraná sejam coletados.
281 Lembrou que o CAU/PR continua tentando adquirir um segundo kit-bio (móvel) a ser
282 destinado ao interior do Estado, o que possibilitará mais aproximação e mais facilidades aos
283 colegas. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular ANDRÉ SELL desculpou-se pela
284 impossibilidade do CEAU em ceder sala para a coleta em Londrina, esclarecendo que isso
285 ocorreu em razão de que o recesso do Clube coincidirá com as datas da coleta, mas a questão
286 do local já ficou definida e a coleta será feita no Hotel Crystal, como da vez passada. O
287 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que isso não será problema porque há
288 tempo suficiente para divulgar o novo local. A seguir solicitou aos conselheiros que
289 auxiliassem na divulgação da coleta em suas regiões. O Conselheiro Titular ANDRÉ SELL disse
290 que isso já está sendo feito em Londrina. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR
291 esclareceu que os profissionais que cumpriram todas as etapas de cadastramento até 30 de
292 novembro terão garantia de numeração sequencial a partir da diplomação e gratuidade da
293 carteira profissional, aqueles que não fizeram a coleta até 30 de novembro receberão
294 número sequencial a partir dessa data. O CAU/PR não mediu esforços para que essa coleta
295 fosse bem sucedida, um funcionário do Conselho seguiu a empresa coletora pela Paraná
296 todo, para evitar atrasos. Os dados que devem ser inseridos no sistema estão em dia, há
297 funcionários fazendo isso, ou seja, o CAU/PR vem cumprindo sua tarefa. Em seguida
298 apresentou a estatística oficial até 30 de novembro (anexo II), sendo que 79% dos
299 profissionais compareceram à coleta e a previsão é que esse número chegue a 85% ao final.
300 O Conselheiro Suplente ANIBAL VERRRI JUNIOR sugeriu que seja encaminhada
301 correspondência aos profissionais faltantes convidando-os a comparecer à coleta. Propôs
302 ainda, que uma lista dos profissionais de Maringá fosse encaminhada para que os
303 conselheiros de lá reforcem o chamamento deles, tendo ficado definido que o sistema é
304 gerido pelo CAU/BR, porém a solicitação será feita. A partir de 2013, com o Kit-bio a ser
305 adquirido pelo CAU/PR, será possível ir ao encontro dos 10 ou 15% que não comparecerem à
306 coleta. Considerando que a partir de fevereiro já haverá novos egressos para serem
307 registrados, entende que o Conselho deve se organizar para isso. Há intenção de se adquirir
308 mais um kit-bio, que seja portátil, para atender os egressos do interior, a fim de evitar que
309 esses novos profissionais tenham que se deslocar de suas cidades até Curitiba para fazer a
310 coleta. O presidente lembra mais uma vez que o contrato para a coleta dos dados e a
311 emissão das carteiras é do CAU/BR. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO sugeriu
312 que o ideal seria, caso seja adquirida, levar a máquina no ato da formatura para fazer a coleta
313 de dados dos formandos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que ainda não
314 temos o calendário das formaturas e que será montada esta força tarefa (Comissão de Ensino
315 e Assessoria de Comunicação) para enfrentar esta ação. O Conselheiro Suplente ANIBAL



316 VERRI JUNIOR informou que a colação de grau da turma de Arquitetura e Urbanismo da UEM
317 será dia 24 de janeiro e a intenção é convidar o CAU/PR para estar lá dia 23 de janeiro em um
318 espaço que possibilitaria essa coleta e sugeriu que no ato da formatura os formandos
319 recebam suas carteiras profissionais. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu
320 que para isso seria necessário os cursos de Arquitetura já estivessem regularizados perante o
321 SICCAU e que todos os dados dos novos egressos estivessem no sistema. Colocou ainda, que
322 o CAU/PR está se antecipando, já que não foi elaborada uma orientação acerca dos novos
323 egressos, mas salientou que este Conselho deverá criar uma metodologia, elaborando um
324 “passo a passo” com relação às carteiras profissionais dos novos egressos. Após os debates
325 ficou definido que havendo possibilidade de se verificar pelo sistema os profissionais
326 faltantes, será encaminhada correspondência chamando-os para a coleta. Por último
327 deliberou-se que a Comissão deverá preparar orientação aos coordenadores de curso e
328 diretórios acadêmicos sobre procedimentos para registro de novos graduados junto ao CAU.-

329 **2.3.5 – Comissão de Finanças.**.....
330 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO apresentou os relatórios financeiros de
331 outubro e novembro (anexo I), esclarecendo que houve um aumento nas despesas em face
332 da coleta de dados biométricos para carteiras profissionais em outubro e, em novembro,
333 devido a gastos com duas folhas de pagamento de pessoal, em decorrência da primeira
334 parcela do 13º salário e antecipação salarial de final de ano. Esclareceu qual o trâmite
335 utilizado pelo Conselho para realizar pagamentos e o cuidado do setor financeiro no sentido
336 de evitar problemas futuros. Colocou que vê o saldo do CAU/PR com muita satisfação,
337 porque ele vem derrubando, mês a mês, a tese daqueles que argumentavam ser contrários à
338 saída dos arquitetos do CREA, porque acreditavam que o CAU não se sustentaria sozinho. O
339 orçamento financeiro de 2013 foi encaminhado em outubro para o CAU/BR, que é o
340 responsável por fazer a gestão total e dar encaminhamento para análise de uma auditoria,
341 mas ainda não há uma posição do Conselho Federal sobre isso. O Presidente JEFERSON
342 DANTAS NAVOLAR esclareceu que o plano de ação foi elaborado e encaminhado e agora falta
343 ser aprovado pela plenária do CAU/BR, para se tornar oficial. O Conselheiro Suplente CARLOS
344 DOMINGOS NIGRO pontuou que a partir desses relatórios mensais já se tem a história
345 financeira do CAU/PR e, a seu ver, o planejamento financeiro pode ser feito com base neles.
346 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que isso é possível e está sendo
347 estimado um acréscimo de 10%. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO
348 discordou, colocando que o ano de 2012 foi atípico – por ser o ano 1 do CAU - e acredita que
349 a previsão só se estabilizará no ano que vem (2013); que existe uma previsão financeira, que
350 foi encaminhada, mas ainda não se pode confiar muito nela. O Presidente JEFERSON DANTAS
351 NAVOLAR salientou que o CAU/PR continua com a meta de gastar apenas 50% dos créditos,
352 com objetivo que construir um fundo para adquirir futuras sedes próprias para o CAU/PR.
353 Após os debates os relatórios financeiros referentes aos meses de outubro e novembro
354 foram aprovados pelo plenário. A seguir o presidente solicitou que ficasse constando em ata
355 que esta é uma plenária com muitas “autoridades”, contando inclusive com um decano, o
356 conselheiro suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO, que é decano da PUC, motivo de orgulho
357 para o Conselho.....

358 **3. Extra-Pauta**
359 Tendo em vista que o Conselheiro Federal Laércio Leonardo Araújo informou que vai se
360 atrasar, foi proposta, mais uma vez, inversão de pauta, discutindo-se a extra pauta antes do



361 seu relato.....

362 **3.1 –Curso Tecnológico**.....

363 Com a palavra, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO informou que a Universidade
364 Positivo está oferecendo curso Produção de Projetos de Edificações, divulgado pela ASBEA, o
365 qual abre a engenheiros civis a possibilidade de produção de projetos. Esclareceu que não é
366 convênio entre a Universidade Positivo e a ASBEA, mas essa entidade está dando respaldo ao
367 curso. Acredita que a participação da ASBEA é apenas periférica e o questionamento acerca
368 do assunto deva ser feito à universidade. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou
369 que foram encaminhados ofícios tanto para a Universidade Positivo quanto para a ASBEA,
370 sendo que a resposta de ambos veio equivocada. O Conselheiro Titular CLÁUDIO FORTE
371 MAIOLINO pontuou que a criação de curso de tecnólogos é uma realidade, as universidades
372 privadas querem mercado. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO colocou que a seu
373 ver o Conselho deveria propor uma forma de encaminhamento com ação enérgica
374 direcionada à universidade. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO falou que é
375 importante que o Conselho tenha o poder legal de barrar essas iniciativas, mesmo que essas
376 ações envolvam interesses políticos e econômicos. Relatou que participou da ASBEA por um
377 período e participou da reunião em que foi sugerida a implantação desse curso e se recorda
378 que a argumentação utilizada para justificar a criação do curso era a promoção de mão-de-
379 obra mais econômica em vista da alta carga tributária de um Arquiteto com escritório, e a
380 saída encontrada foi a criação de uma qualificação profissional, que não tivesse tantos
381 direitos quanto os arquitetos. Propôs que a ASBEA seja chamada pelo Conselho para uma
382 reunião e questionada no sentido de esclarecer o que levou essa entidade a dar esse apoio e
383 em seguida, reorientar. A seu ver o CAU/PR deve munir-se dos meios legais que disponha a
384 fim de barrar, já, essas ações. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO
385 manifestou sua preocupação, uma vez que o curso surge apenas com uma demanda
386 econômica. A Lei dos arquitetos reza que é vedado o uso das expressões Arquitetura e
387 Urbanismo ou similar em nomes fantasia de sociedades que não possuem Arquiteto e
388 Urbanista, mas é omissa quanto a projetos. Lembrou que engenheiros podem fazer projetos -
389 projetos de pontes, de bueiros e coisas assim - e, pontuou que esta generalidade é o
390 calcanhar de Aquiles dos arquitetos. A seu ver, isso deve ser levado à instância federal e o
391 CAU/BR deve se posicionar, o que inclusive evitaria confronto local. O Conselheiro Titular
392 CLÁUDIO FORTE MAIOLINO pediu a palavra e afirmou que a criação de cursos de tecnólogos
393 é uma realidade e vão surgir muitos outros, as universidades privadas querem mercado e o
394 MEC tem aprovado a implantação deles. Citou curso de tecnólogo para conservação de bens
395 imóveis em que, tendo se formado, o tecnólogo entra na justiça com pedido de liminar e lhe
396 é concedido judicialmente o direito de fazer projetos de conservação, por exemplo. Acredita
397 que brevemente o CONFEA estará registrando tecnólogos. O Conselheiro Titular ORLANDO
398 BUSARELLO pontuou que o CAU/PR deve propor um encaminhamento no sentido de impedir
399 que esses cursos se proliferem. O Conselheiro Suplente ANIBAL VERRI JUNIOR sugeriu que
400 seja colocado na página do CAU/PR., muito claramente, quais os cursos de arquitetura e
401 urbanismo são reconhecidos pelo Conselho e quais não serão ou não estão reconhecidos. O
402 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO pontuou que essa pode ser uma ferramenta a
403 favor do Conselho, mas a seu ver há um passo a ser dado antes desse, que é a comunicação
404 imediata com a Universidade Positivo. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO
405 entende que cabe ao CAU um esforço político, no sentido de chamar a ASBEA e fazer um



406 trabalho de conscientização dos riscos advindos do apoio a esses cursos. O Conselheiro
407 Titular ORLANDO BUSARELLO colocou que a seu ver deve-se ter cuidado no trato com a
408 ASBEA, evitando conflito com essa entidade, propondo, inclusive, que seja retirada do texto
409 que será encaminhado à universidade, a palavra ASBEA e sugerindo que esse assunto deve
410 ser discutido internamente com essa associação, insistindo que a questão deve ser tratada,
411 de modo mais enérgico com a Universidade Positivo, que oferece o curso. Pedindo a palavra
412 o Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO colocou que o Conselho tem que agir
413 institucionalmente, sem se preocupar em evitar conflito, já que a questão não é pessoal, o
414 que é necessário é encontrar amparo legal para evitar que essas situações se repitam. Em
415 seguida o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que a comissão de ensino e
416 formação profissional do CAU nacional não estava disponibilizando nenhuma informação
417 sobre cadastramento das escolas, tanto em nível de SICCAU quanto de informações
418 curriculares. Foi solicitada senha para que o coordenador de ensino do CAU/PR pudesse
419 acessar os dados quando fosse necessário, mas isso foi negado. Por solicitação do Presidente
420 Haroldo Pinheiro ao Coordenador da Comissão de Ensino do CAU nacional, este se
421 comprometeu a liberar um relatório quinzenal da situação cadastral dos cursos e
422 disponibilizar aos presidentes dos CAUs/UF. Apresentou na tela a última situação cadastral
423 das instituições de ensino no Paraná. Como encaminhamento propôs o seguinte: que a
424 assessoria jurídica do CAU/PR prepare documento reafirmando a solicitação feita à
425 Universidade Positivo sobre a ementa e também sobre a legalidade do referido curso com
426 indicação do suporte legal exigido; encaminhar relato à CEF nacional solicitando
427 manifestação; dar início à participação do CAU-PR nas reuniões na CEF Nacional. Em seguida
428 pediu manifestação do plenário sobre o encaminhamento proposto. Pelo Conselheiro Titular
429 CLAUDIO FORTE MAIOLINO foi sugerido que seja encaminhado ofício esclarecendo as áreas
430 de competência dos arquitetos e dos limites de ação dentro da arquitetura visando inibir
431 ações como essa da Universidade Positivo. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO
432 pontuou que quem homologa a criação de cursos é o MEC, assim, o ofício sugerido pelo
433 conselheiro Maiolino deve ser encaminhado ao MEC. O Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE
434 MAIOLINO esclareceu que o MEC não interfere na área de atribuição profissional; além disso
435 é um órgão público federal, que atende aos interesses, hoje, das universidades particulares, a
436 legislação permite a criação de cursos, assim, o MEC fará tudo o que os reitores quiserem, ou
437 seja, não adianta oficiar ao MEC. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que
438 foi encaminhado ofício a todos os coordenadores de curso nesse sentido, ao menos uma vez
439 e, ainda, em razão da demora de algumas escolas em se cadastrar, esse último relatório foi
440 encaminhado àquelas que deviam completar seu cadastro. O conselheiro CLAUDIO FORTE
441 MAIOLINO pontuou que sua sugestão não se restringe às escolas de arquitetura, mas a todas
442 as universidades, numa atitude preventiva, no sentido de evitar que cursos como esses se
443 proliferem. Após os debates ficou definido que serão realizadas as seguintes ações: 1 -
444 reafirmar a solicitação feita a UP sobre a ementa e também sobre a legalidade do referido
445 curso com indicação do suporte legal exigido; 2 – encaminhar relato à CEF nacional
446 solicitando manifestação; 3 – dar início à participação do CAU-PR nas reuniões na CEF
447 Nacional; 4 - encaminhar ofício a todas as universidades do Paraná (com ou sem curso de
448 arquitetura) sobre a competência do CAU e das atribuições dos Arquitetos e Urbanistas que
449 devem constar no conteúdo dos novos possíveis cursos, correndo o risco de não ser
450 reconhecido; 5 - divulgar em outras mídias.....



451 **3.2 – Eleições FPAA**.....
452 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO relatou que o Congresso Panamericano
453 de Arquitetos e a Assembleia Geral da FPAA, contou com a presença de representantes de
454 dezoito países. Essa Assembleia ocorre a cada quatro anos, junto com os congressos
455 panamericanos, e neste ano aconteceu em Maceió, dias 28 e 29 de novembro. Havia uma
456 possibilidade de candidatura da Colômbia a qual foi retirada por falta de apoio da própria
457 região andina. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO foi eleito presidente da
458 FPAA, com quarenta e cinco votos, já tendo sido empossado. Enumerou os representantes
459 eleitos, sendo o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR empossado como Assessor da FPAA.
460 Relatou ainda que no dia subsequente à eleição foi realizada a primeira reunião da diretoria
461 executiva da FPAA onde se discutiu o plano de gestão financeira da federação. As ações
462 continuam, na próxima semana deverá voltar a Maceió para uma solenidade de
463 encerramento, com a presença do Ministro Aldo Rebelo, que apoiou o congresso; na semana
464 passada esteve em Brasília, representando a FPAA no velório do arquiteto e urbanista Oscar
465 Niemeyer; e ontem esteve no Rio de Janeiro, onde o IAB/RJ transformou sua sede em “Casa
466 do Arquiteto Oscar Niemeyer”, com a presença de vários ícones da arquitetura brasileira,
467 além dos familiares do Niemeyer. Paralelamente a esse evento foi lançado ontem,
468 oficialmente, o movimento “Niemeyer sim! Brasília by Cingapura não!”, com a presença da
469 mídia, tendo apresentado o banner com a campanha aos conselheiros, salientando que, a
470 seu ver, deve contar com a adesão do país todo, tendo esclarecido que esse é um movimento
471 nacional de repúdio à contratação de uma empresa de Cingapura para gerir a administração
472 do espaço territorial de Brasília, pelo prazo de cinquenta anos, num projeto de
473 aproximadamente quatro milhões de reais – projeto Brasília 2060. Uma parte desse dinheiro
474 já foi repassada à empresa, sem retenção de impostos, já que sua conta é no Peru. Pontuou
475 que o assunto envolve Brasília, que é patrimônio da humanidade. O presidente do CAU/BR
476 declarou em público que serão tomadas medidas enérgicas, em face do exercício anti-ético
477 observado – falta de licitação, contratação por notório saber, entre outras. A sugestão é que
478 isso seja aberto a toda a sociedade brasileira com início de abaixo assinado, que com mais de
479 três mil assinaturas tem força de Lei. Colocou ainda, que por ocasião do congresso em
480 Maceió o vereador da Câmara Municipal de Curitiba, Arquiteto e Urbanista Jonny Stica,
481 lançou a proposta da realização de seminário internacional, aqui em Curitiba, sobre a gestão
482 de cidades a partir do gerenciamento do território urbano a realizar-se em 2013, com apoio
483 da FPAA. A seu ver, essa é uma oportunidade única, uma vez que o Prefeito eleito está aberto
484 a ouvir. Isso deverá ainda ser formatado, mas adiantou que deve ser uma ação conjunta com
485 a FPAA e acha fundamental que o CAU participe disso, já que o papel da autarquia não é só o
486 gerenciamento do exercício legal da profissão, mas também fomentar a qualificação
487 profissional. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que é uma honra para o
488 CAU/PR ter um de seus conselheiros como presidente da FPAA, salientando que o CAU/PR
489 estará apoiando suas ações, dentro da legalidade. O Conselheiro Titular ORLANDO
490 BUSARELLO pediu aplausos para o conselheiro João Virmond Suplicy Neto, por sua eleição,
491 tendo o mesmo sido aplaudido por todos. Em seguida o Presidente JEFERSON DANTAS
492 NAVOLAR propôs pausa para almoço, às 13:30 horas, com retorno previsto para as 14:30
493 horas.....
494 **3.3 – Núcleo de Empreendedorismo Sustentabilidade e Cidadania**.....
495 Retomados os trabalhos às 14:30 horas, com a palavra o Conselheiro Suplente JUCENEI



496 GUSSO MONTEIRO fez um relato das ações levadas a termo até o presente momento, tendo
497 desenvolvido plano estratégico para o Núcleo. Enumerou os conselheiros que são membros
498 do Núcleo, a saber: André Sell, Bruno Soares Martins, Carlos Hardt, Carlos Domingos Nigro,
499 Claudio Forte Maiolino, Dalton Vidotti, Eli Loyola Borges Filho, João Carlos Diório, Marli
500 Antunes da Silva Aoki e Jucenei Gusso Monteiro (Coordenador). Em seguida leu e comentou
501 os seis princípios que deverão reger o Núcleo (Anexo III). Pontuou que o Núcleo já ests sendo
502 aceito pela sociedade, tendo em vista que algumas instituições, dentre elas o SEBRAE, já se
503 mostraram interessadas em agregar-se à proposta do Núcleo. Relatou que a Agência de
504 Fomento do Paraná, que tem a menor taxa de juros do mercado, já se prontificou a abrir uma
505 linha de crédito para o Arquiteto Empreendedor. Lembrou que o CAU/PR já é signatário do
506 Pacto Global, mais uma vez pioneiro. Sugeriu que a partir de janeiro haja uma reunião mensal
507 do Núcleo a fim de alinhar seus objetivos e, a seu ver, cada conselheiro deve ser
508 Coordenador de um projeto e espera poder contar com o engajamento de cada um dos
509 conselheiros membros do Núcleo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que
510 na plenária passada foi solicitada autorização para contratação de um Assistente, que venha
511 a tornar-se um braço executivo do Núcleo; informou que já está sendo feita a seleção de
512 candidato à Secretaria do Núcleo e possivelmente no início do ano haverá uma pessoa
513 contratada para essa função. Colocou ainda, que por outro lado, o SEBRAE/PR tem um
514 produto quase pronto e voltado aos Arquitetos. Esse produto seria analisado pela plenária e,
515 em sendo aceito, o SEBRAE iniciaria o trabalho de chegar perto dos profissionais, através de
516 cursos, seminários ou palestras, com a vantagem que ele tem a mesma divisão regional
517 adotada pelo CAU/PR, com escritórios em Londrina, Maringá, Cascavel e Pato Branco e pode
518 inclusive auxiliar na implantação dos escritórios regionais. As outras entidades que se
519 colocaram à disposição são de peso, o Núcleo já nasce grande e vem incorporar um trabalho
520 que o IAB tem feito desde 2008, onde se tem à disposição dos Arquitetos uma cooperativa de
521 saúde. O Bradesco e uma Companhia de Seguros se colocaram à disposição, ou seja, há
522 possibilidade de colocar uma série de benefícios à disposição dos Arquitetos, de modo
523 organizado, de maneira que sejam benefícios efetivos. O conselheiro Suplente JUCENEI
524 GUSSO MONTEIRO pontuou que de início será necessária uma dedicação mais efetiva dos
525 conselheiros, a fim de implantar definitivamente o Núcleo, mas acredita que com algumas
526 reuniões já poderão estar mais afinados para desenvolver duas questões: auxiliar o arquiteto
527 no desenvolvimento institucional e proporcionar o fortalecimento da imagem do CAU. O
528 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que um projeto que envolve desde já a ACP,
529 a FIEP, o SEBRAE, entre outros, é um projeto de peso, com boas perspectivas.-----

530 **3.4 – Seminário Internacional do CAU/BR.**-----

531 Com a palavra o Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO relatou que esteve em Brasília
532 representando o CAU/PR no Seminário Internacional do CAU/BR, cujo tema foi O Estado da
533 Arte dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo no Mundo: Experiências e Desafios, realizado
534 nos dias 05, 06 e 07 de deste mês de dezembro, onde se encontravam representantes de
535 vários países: Inglaterra, Estados Unidos, França, Colômbia, México entre outros. Foi um
536 seminário bastante intenso, onde temas como ética e educação entre outros, foram
537 discutidos pelos diversos países. Esclareceu que o número e o conteúdo das palestras é muito
538 vasto, sendo que o conteúdo está sendo compilado e assim que tiver esse material em mãos
539 compromete-se a repassar aos conselheiros. Colocou que naquele seminário pode perceber
540 que, levando em conta o seu tempo de vida, o CAU está bem adiantado com relação a alguns



541 países.....

542 **3.5 -Relato Sede Maringá.....**

543 O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO informou que a primeira proposta de
544 imóvel para alugar em Maringá, trazida a conhecimento do plenário, não se concretizou
545 devido a questões burocráticas. Nesta oportunidade apresentou uma nova opção (fotos), que
546 acredita ser ainda melhor do que a anterior. O imóvel pretendido agora, tem ótima
547 localização, aproximadamente 90m², um mezanino, dois banheiros, uma vaga para carro. O
548 valor do aluguel desse imóvel é de R\$1.300,00 um pouco maior do que o anterior
549 (R\$1.00,00), porém não há gastos com condomínio, apenas com IPTU, o que compensa o
550 valor. Ainda está em fase de construção, com previsão de entrega no início de março. A
551 minuta do contrato deverá ser encaminhada para análise da Assessoria Jurídica do CAU/PR.
552 Complementando o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR completou, lembrando que
553 caso aprovada a locação, a assinatura do contrato será feita agora e o primeiro pagamento
554 será realizado na hora da entrega das chaves do imóvel. Consultado o plenário aprovou a
555 locação do imóvel sugerido.....

556 **4 – Relato CAU/BR.....**

557 O Conselheiro Federal Titular LAÉRCIO LEONARDO ARAÚJO relatou que em face da realização
558 do Seminário Internacional do CAU/BR, solicitou que seu suplente o substituísse na reunião
559 plenária de 4 e 5 de dezembro, porém com o falecimento da mãe daquele, não houve
560 representação do Paraná nessa ocasião. Naquela reunião foi aprovado o Manual de
561 Fiscalização, como uma orientação aos CAUs/UF, já que cabe a esses fiscalizar o exercício
562 profissional dos arquitetos e urbanistas. A programação orçamentária do CAU/BR, exercício
563 de 2012, também foi aprovada. Na comissão de finanças, da qual é membro, foi discutido e
564 aprovado o plano de ação e orçamento de 2013 do CAU. Esclareceu que quando se refere a
565 CAU, está se referindo aos conselhos de todos os estados mais o DF. Relatou que houve o
566 pedido de um conselheiro para retirar-se de uma das comissões, por falta de disponibilidade
567 do seu suplente em substituí-lo quando necessário; isso gerou toda uma discussão sobre a
568 disponibilidade de participação efetiva dos conselheiros suplentes. Relatou ainda, que em
569 toda reunião plenária, no seu primeiro dia, ao final da tarde, há um momento denominado
570 Diálogo com o CAU/BR, em que convidados apresentam uma palestra. Na última reunião o
571 palestrante foi o Arquiteto e Urbanista, colombiano, Herman Soares. Com relação ao
572 Seminário Internacional, citou a participação da Bolívia, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha,
573 Portugal, França, Colômbia, México, entre outros, que apresentaram palestras densas,
574 dividindo sua experiência com relação aos diversos temas que interessam aos conselhos, tais
575 como exame de ordem, estágio, acreditação e outros. Citou a palestra do representante do
576 México, em que o mesmo afirmou que nos Estados Unidos, um arquiteto e urbanista, desde a
577 seu ingresso na graduação, levaria 15 anos para estar completamente formado. Também nos
578 Estados Unidos, há cinco entidades de fiscalização do profissional e quem é fiscalizado é o
579 profissional e não o seu produto. Acredita que isso acontece porque naquele país, apenas 6%
580 das edificações requerem os serviços de arquiteto. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT
581 colocou com relação a essa informação de que apenas 6% das edificações americanas são de
582 responsabilidade técnica de arquiteto, segundo a palestra proferida no seminário da ABEA. O
583 Conselheiro Federal LAERCIO LEONARDO DE ARAUJO disse que é interessante notar que cada
584 país tem a origem e ação do seu conselho, diferentes entre si, cada um com suas
585 peculiaridades. Destacou a participação da França com sua experiência em concurso público



586 do qual participam apenas arquitetos convidados e quem define o vencedor é o contratante
587 do concurso. Percebeu que há forte interesse no mercado brasileiro. O Conselheiro Suplente,
588 CARLOS DOMINGOS NIGRO perguntou se esse seminário foi único ou o primeiro de uma
589 série. Tendo sido respondido pelo Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO que a
590 ideia, inclusive de alguns palestrantes, é que seria interessante que o seminário se repetisse
591 anualmente. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO falou que acha louvável
592 essa iniciativa do CAU nacional mas, pontuou, que um assunto preocupante é que até 2015,
593 ou seja, daqui a três anos, deverá estar pronta a questão do livre trânsito no Cone Sul, sendo
594 que para isso, existe o CIAM, que foi criado na época do CONFEA/CREA para definir a parte
595 da arquitetura e se este tema foi tratado no Seminário Internacional. Entende ser importante
596 conhecer a experiência do mercado comum europeu, que também lida com essa prática de
597 livre trânsito entre países. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO respondeu que isso
598 foi apenas citado por Portugal, mas nada relevante. Como pano de fundo houve o interesse
599 de aproximação de países europeus com o Brasil, exatamente para ocupar o mercado,
600 especialmente Inglaterra, Portugal e Espanha. O Conselheiro Federal LAÉRCIO LEONARDO
601 ARAÚJO colocou que também percebeu que há um interesse grande no mercado brasileiro,
602 mas a posição do CAU/BR a esse respeito é de não facilitar. A ideia do Conselho Federal é que
603 haja reciprocidade entre os países, o que exigirem dos brasileiros, será exigido também dos
604 estrangeiros. Essa é a posição que os representantes do CAU/BR têm levado ao CIAM. Mas,
605 esclareceu, esse não é assunto que passa apenas por Conselhos, é assunto de governo,
606 especialmente. Para finalizar, relatou que na Europa existe a carta UNESCO-UIA, que trata
607 desse tema, na busca de padronizar as ações dos diversos países da União Europeia. O
608 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembrou que a União Europeia instituiu a
609 obrigatoriedade de todos os países membros a ter Planos Nacionais de Arquitetura. Teve
610 acesso a cerca de dez desses planos, na ocasião em que representava os arquitetos no
611 Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, tendo sugerido ao MINC a
612 construção de um Plano Nacional de Arquitetura.....
613 Em seguida, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que ontem, foi eleito o
614 arquiteto e urbanista Mário Barbosa, como novo representante nacional dos Arquitetos no
615 Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura, e que o mesmo foi indicado
616 pelo IAB-PR o que é motivo de orgulho para o Paraná. Informou, ainda, que a partir deste
617 mês o CAU/PR tem a senha de acesso ao site do CAU/PR, que está funcionando e solicita
618 contribuições de conteúdo dos conselheiros nesse sentido. Assim, quem tiver notícias, que
619 interessem aos arquitetos e urbanistas, deve encaminhar à Assessoria de Comunicação para
620 que a mesma seja publicada no site.....
621 **5 – Relatos de Processos do CREA/PR.** O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR questionou
622 à plenária se haviam relatos a serem feitos. O Conselheiro Suplente JOÃO CARLOS DIÓRIO
623 disse que os processos em questão, foram gerados a partir da Lei 5.694, ou seja, a Lei do
624 CREA e estão sendo analisados à luz dessa mesma Lei, mas o CAU não segue mais essa
625 normativa, pediu esclarecimentos acerca disso. A Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA
626 TABORDA DE SOUZA LOBO esclareceu que a Lei nacional prevê que quando um delito é
627 cometido, o momento é que determina a lei em vigor a seu usada, com exceção dos casos em
628 que a nova legislação beneficie o réu isso será de outra forma, por isso o embasamento
629 nesses processos é feito pela Lei do CREA. Por sugestão do Conselheiro Titular ANDRÉ SELL
630 foi sugerido que os relatos sejam encaminhados por e-mail para todos os Conselheiros a fim



631 de serem aprovados na próxima plenária, evitando leitura dos mesmos durante a reunião, o
632 que foi aprovado pelo plenário. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO quis
633 saber como será feito o acervo disso, tendo sido respondido pela Assessora Jurídica, CLAUDIA
634 CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO que ele faz parte da pauta, fica registrado em Ata e o
635 processo físico, após cinco anos deverá ser incinerado e as partes são comunicadas acerca do
636 destino do processo. O Conselheiro CARLOS DOMINGOS NIGRO questionou se não seria
637 interessante ter um banco de dados desses processos, visando preservar a história dos
638 arquitetos. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO, concordando com o
639 questionamento do Conselheiro Carlos Domingos Nigro, perguntou se não seria interessante
640 um banco de dados para efeito estatístico, no que foi esclarecido pela Assessora Jurídica,
641 CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO que esses relatos processuais estarão em
642 todas as pautas, no momento da distribuição os Conselheiros assinam a carga do processo e
643 tem uma estatística própria no banco de dados da Assessoria Jurídica do CAU/PR. O
644 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO justificou sua insistência no assunto,
645 porque a seu ver, uma simples planilha pode não dar a visão do padrão de comportamento. A
646 Assessora Jurídica, CLAUDIA CRISTINA TABORDA DE SOUZA LOBO esclareceu que está sendo
647 feita uma planilha para ordenamento da tipologia dos relatos-----
648 Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON DANTAS
649 NAVOLAR, agradeceu à Conselheira e aos Conselheiros presentes e às quinze horas e cinco
650 minutos de quinze de novembro de dois mil e doze declarou encerrada esta Reunião de Nº
651 014 do CAU/PR. Para constar, eu, GLÁUCIA SALES JACOB, Secretária Geral do CAUPR, lavrei a
652 presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do
653 CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e
654 pelo senhor Presidente para que produza os efeitos legais.-----
655
656

Arquiteto Jeferson Dantas Navolar
Presidente

Glauca Sales Jacob
Secretária Geral